

Temas Livres

A Campanha “Não É Não”: os corpos das mulheres como espaço político de reivindicação

DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2022.3.10>

 **Maria Simone Vione Schwengber**

Professora assistente da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 - PQ/CNPq e Pesquisadora FAPERGS no Programa Pesquisador Gaúcho.

E-mail: simone@unijui.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3583-1408>

 **Naira Leticia Giongo Mendes Pinheiro**

Professora da rede municipal de ensino de Panambi/RS. Mestrado e doutorado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

E-mail: nairaleticiagmendespinheiro@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7920-1478>

RESUMO: Este artigo articula discussões sobre corpos de mulheres no contexto da campanha “Não É Não”, que tomamos como uma experimentação de micropolítica de gênero. Assim, lançamos a seguinte questão: como a campanha “Não É Não” opera? O corpus de análise é constituído por recortes de dizeres enunciativos e por imagens postadas (2017-2020) em redes sociais, como o Instagram. Para a análise, propomos um percurso metodológico inspirado na perspectiva foucaultiana. Como resultado, destacamos que a campanha “Não É Não” é conduzida por um grupo de mulheres brasileiras (de diferentes gerações), que rechaçam as violências e as submissões naturalizadas (historicamente) por meio de mobilizações sociopolíticas em ações de protestos, em que os corpos são a causa e o suporte das reivindicações, afirmando um outro corpo, que quer ser político e reconhecido na sua posição de direito de aparecer e de respeito.

PALAVRAS-CHAVE: Corpos; Mulheres; Violências de gênero; Micropolítica; Não É Não.

Recebido em: 04/08/2022

Aprovado em: 17/02/2023



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

Este artigo examina a campanha “Não É Não” como uma micropolítica de gênero, o que contribuiu, a seu modo, para desestabilizar o lugar histórico dos corpos como depositários de violências para o lugar de suporte de reivindicações. A campanha “Não É Não”, que neste artigo apresentamos, reivindica o direito dos corpos de usufruírem dos espaços públicos sem constrangimentos e importunações. O texto assinala, ainda, que o corpo da mulher não é território público em que se pode passar a mão, invadir e agredir. A campanha trata a relação entre “meu corpo e o corpo do outro” na delimitação de exigência de respeito, pelo fato de os corpos das mulheres constituírem-se culturalmente como corpos discriminados publicamente.

É inegável e necessário compreender as diferenças a que homens e mulheres estão sujeitos – dentre elas as violências – decorrentes das condições culturais e históricas que presumem as posições que ocupam. Scott (1995, p. 74) ensina-nos a olhar o funcionamento das relações humanas a partir da categoria de gênero. argumenta que, ao longo da história, ocorreu um processo de socialização desigual da experiência corporal entre homens e mulheres.

Entendemos que o desrespeito e a coação que se dão por meio das violências aos corpos das mulheres, sobretudo no espaço público brasileiro, significam, na prática, um dos sinais de não reconhecimento da igualdade de gênero, e que tem como consequência o acesso desigual à vida social. Como argumenta Perrot (2015, p. 76), “[...] os corpos das mulheres são também, no curso da história, um corpo subjugado, muitas vezes explorado, e centrado na sua sexualidade.” Em linhas gerais, historicamente a mulher é, geralmente, posicionada no lugar de objeto sexual e de submissão ao domínio masculino. A violência corporal exibe-se como o ato de violação mais prototípico de um sistema simbólico do patriarcado. Aí reside a maneira como o gênero e a sexualidade entrecruzam-se na produção das violências corporais e sexuais.

hooks (2018) e Saffioti (2015) destacam o patriarcado também como um sistema civil, simbólico, transmitido pelas redes de memória e instalado culturalmente em quase todas as instituições e espaços da sociedade, tendo como base a crença da supremacia masculina pela violência. Além disso, o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem, apesar dos sintomas de crise (CASTELLS, 2017). Por isso, não hesitaremos em falar que ainda vivemos em culturas patriarcais. O patriarcado dá conta de explicar que as questões não são a-históricas, mas relações hierárquicas sociais simbólicas construídas na cultura. O sistema de patriarcado é multifacetado, agindo como pano de fundo nos contextos culturais.

Nessa perspectiva, buscamos, com este artigo, problematizar as violências corporais tendo como referência que elas estão relacionadas a um problema de gênero, a uma desigualdade entre homens e mulheres no que compete à “dignidade corporal” de cada um desses sujeitos, dentre os quais o gênero feminino está mais sujeito às precariedades do que o masculino. Assim, as mulheres, na contemporaneidade, têm questionado as posições de gênero, sobretudo sobre as violências corporais

impostas, suscitando um debate sobre seus corpos nos espaços de ação público. Entendemos que a metáfora do “corpo como campo de batalha”, emprestada por Kuniichi Uno (2012, p. 62), ajuda a mostrar que: “o corpo é esse lugar único existencial (e até mesmo político) sobre o qual se sobrecarregam, se recolhem e se curvam quase todas as determinações da vida.” É um campo de batalha onde se entrecruzam as forças visíveis e invisíveis, a vida e a morte, em que se encadeiam as redes de saberes e de poderes, assim como as resistências.

A batalha social na luta de gêneros, por exemplo, desenvolve-se por intermédio dos corpos, mesmo que, nem sempre, nos damos conta disso (UNO, 2012). Dessa maneira, este artigo propõe-se a mostrar que as diversas formas de violências corporais têm produzido, na contemporaneidade, um caráter agregador, que coaliza em algumas lutas e campanhas insurgentes de contestação e de resistência de alguns corpos de mulheres brasileiras, justamente exigindo respeito a eles; o corpo como o objeto útil de justiça, de reivindicação, conforme Foucault (2014, p. 143), capaz de existência política. O sujeito moderno, para Foucault (2014, p. 143), “[...] é um animal cuja política está em questão e o seu corpo vivente torna-se a aposta que está em jogo nas estratégias políticas”.

Holanda (2018) avança e nos instiga a compreender a emergência de uma outra posição: em que um “eu corporal” contemporaneamente existe e quer respeito, estabelecendo fronteiras e limites. Trata-se de um ato em que as mulheres contemporâneas têm colocado à prova o juízo (histórico) moralista de seus corpos, afirmando um outro corpo que se quer político e reconhecido na sua posição de respeito. São práticas, como de algumas campanhas, que reconfiguram o fazer político e a possibilidade insurgente de novas posições (HOLANDA, 2018).

236

Na contemporaneidade, no Brasil, alguns grupos de mulheres estão vivendo uma fase de ressignificação das violências corporais (PORTO, 2007). Em se tratando das violências corporais, por exemplo, há poucas décadas estes episódios não eram tratados na esfera pública e não eram entendidos como assédio. Conforme Porto (2007), a criminalização de atos, tais como importunações e assédios contra a mulher, sinaliza para novos sentidos do que se considera violência que se afirma em políticas e campanhas, o que sugere um outro estatuto da posição de sujeito de direito e de respeito. O “corpo usado, torturado, violentado e agora, corpo sendo usado como forma de protesto as agressões” (COLLING, 2015, s/p).

É possível vislumbrar, no entanto, um grupo de mulheres, hoje, que estão em meio a uma história de luta por direitos e conquistas, tais como o acesso aos direitos sociais por meio do corpo (GOMES, 2017). Assim, emergem algumas campanhas feministas que têm proposto que as mulheres transformem a si mesmas e ao mundo mediante ações coletivas, combatendo as diferenças de tratamento entre os gêneros. Corpos com tatuagens temporárias adesivadas de forma exclusiva, customizados de forma criativa, fazendo-se presentes nas ruas, em manifestos. Corpos assim são transformados em artefatos políticos, acionados de diversas formas para comunicar diferentes mensagens e produzir efeitos desejados, no caso buscando por equidade, dignidade de tratamento e respeito. Para Gomes (2017) a constituição política do corpo não é uma exclusividade dos movimentos

feministas, já que, em maior ou menor medida, quase todos os movimentos sociais de orientação sexual, de etnicidade, politizam os corpos. Nos feminismos contemporâneos, entretanto, o corpo tem sido o articulador dos repertórios políticos, um lugar discursivo no qual constituem “uma gramática [...] compartilhada e disputada” (GOMES, 2017, p. 234).

Nos acontecimentos recentes que ocorreram no Brasil da primeira década do século XXI, grupos de mulheres buscam abordar a noção de (r)existências, tendo como base a noção de uma nova gramática a partir da adição do sintagma de problematizar a força da não violência a partir de vínculo ético-político com um trabalho hermenêutico, o que significa uma política e uma ética não violenta (BUTLER, 2021).

Nesse sentido, estudaremos a campanha “Não É Não”, em que sujeitos e/ou grupos sociais, como um grupo de mulheres brasileiras, organizam uma crítica às violências corporais sob o aspecto da não violência, recusando-se a reproduzir a violência sofrida. O movimento “Não é Não” conseguiu reunir muitas mulheres brasileiras que não só se opõem à violência contra as mulheres, mas que reivindicam a partir dos usos políticos de seus corpos. Assim, lançamos a seguinte pergunta: Como opera a campanha “Não É Não”?

Dessa forma, este texto é um convite para pensar o quanto os corpos podem ser espaço político de reivindicação das não violências, atualizados em um movimento de reivindicação por modos de viver-enunciar corpos que resistem e destituem forças hierárquicas e excludentes. Nesse contexto, as mulheres, ao se unirem em um espaço público, “estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político” (BUTLER, 2021, p. 17). Esses grupos de mulheres brasileiras trazem no corpo a exigência de condições sociais e políticas de existir, ocupar os espaços e de enfrentar as próprias violências corporais.

O artigo é dividido em quatro subseções, incluída esta introdução. Na segunda seção, discutimos o deslocamento da posição do silêncio sobre as formas de constrangimentos corporais e a criação de micropolíticas como modos de protesto contra as violências corporais. Destacamos o quanto há um marcador comum presente no contexto brasileiro em que as violências, geralmente, têm como elemento-chave “os corpos”; violências que são marcadas nos e pelos corpos das mulheres. Na terceira seção, apresentamos as ferramentas do percurso teórico-metodológico e alguns princípios históricos de emergência da campanha “Não É Não”. Na quarta seção, nosso esforço centra-se em apresentar o movimento investigativo de análise da campanha, o que ajuda a destacar que as mulheres, no tempo presente (2022), são mutantes e estão em transição, tendo a coragem de pagar esse tributo de sair do silêncio. Não estamos pedindo permissão para existir corporalmente; estamos afirmando que buscamos uma coexistência equitativa de respeito nos espaços públicos. Exigimos dignidade corporal!

2 Do silêncio sobre formas de constrangimento corporais à criação de micropolíticas

Nessa seção, apresentamos um conjunto de argumentos na direção de problematizar as questões das violências, como as dos constrangimentos corporais [importunações], sejam visuais, verbais ou físicas, na sociedade brasileira, refletindo desde “o deixa para lá, deixa assim”, o silêncio, até os novos desdobramentos como o de recusa dessa posição por meio da criação de “micropolíticas”¹ (FOUCAULT, 2002) de resistências.

No Brasil, mulheres² negras, mulatas, amarelas, pardas, ricas, pobres, jovens, velhas são em grande parte ainda importunadas nos âmbitos públicos³. Expressões e chamamentos como “fiu-fiu”, “linda”, “gostosa”, “gostosinha”, “delícia”, “tesudinha”, costumam ser ditos proferidos às mulheres, ao acessarem os espaços públicos brasileiros. Somam-se a isso muitas vezes até toques, “mãos indesejadas”, gestos obscenos, olhares cobiçosos e libidinosos em situações por vezes invasivas, constrangedoras, de cunho sexual, sem o consentimento da outra parte. É como se esses constrangimentos [importunações] para com as mulheres “fizessem parte” do pacote de normalidade da vida das mulheres brasileiras. Pode-se dizer que há um repertório de violências exercidas sobre os corpos das mulheres, ao mesmo tempo variado e repetitivo, quando acessam os espaços públicos brasileiros, como destacam Schwengber, Dreher e Pinheiro (2020).

238

Os corpos das mulheres nos espaços públicos brasileiros, em alguns contextos, ainda são tomados como disponíveis, passíveis de toque e de interpelações vindas de desconhecidos. É inegável a existência das diferenças de tratamento no Brasil entre os corpos masculinos e femininos. É necessário compreender que as diferenças a que homens e mulheres estão sujeitos – dentre elas a violência sob os corpos das mulheres e meninas – são decorrentes das condições culturais e históricas que presumem os direitos e as posições que ocupam. Scott (2012) nos ensina a olhar o funcionamento das relações humanas a partir da categoria de gênero.⁴ No sentido foucaultiano, definido como uma rede de relações desiguais discursivamente construídas em campos sociais de forças (FOUCAULT, 2012).

¹ Micropolítica. Expressão que se desdobra a partir do conceito de poder microfísico por Foucault (2002). A dimensão micropolítica revela-se ser uma dimensão na escala espacial (a do lugar/local) de resistência, num regime decoextensão ao campo político maior.

² Partimos do pressuposto de que “mulher” não é uma referência monolítica, por isso sempre que possível optamos por tratar como “mulheres”, pois entendemos que um conjunto de diferentes experiências, complexas e potencialmente interseccionadas, contraditórias, compõem as variáveis que se superpõem, tais como classe, etnia, geração, escolaridade, religião, estilo de vida e sexualidade, entre outras, produzindo as diferenças.

³ Segundo o Anuário de Segurança Pública, quanto às violências no Brasil, em 2021, o percentual de mulheres vítimas de ameaça de importunação corporal nos espaços públicos foi de 67,4%, dos quais as vítimas tinham entre 25 e 54 anos.

⁴ Para Scott (2012) gênero é uma percepção sobre as diferenças entre os corpos sexuados. Sugere olharmos as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para essas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações de poder. Gênero assim estaria imbricado a relações de poder, sendo nas suas palavras, uma primeira forma de dar sentido às relações.

Argumentamos que, ao longo da história brasileira, ocorreu um processo de socialização desigual da experiência corporal entre homens e mulheres nos espaços públicos. Como argumenta Saffioti (2015), houve (e há) uma construção baseada em estereótipos da cultura do macho predestinado a apoderar-se e a servir-se do corpo das mulheres, pautada na fantasia de controle e de posse sobre os corpos das mulheres. Segundo Saffioti (2015), os corpos das mulheres são também, no curso da história brasileira, um corpo subjugado, muitas vezes explorado e centrado na sua sexualidade.

Para Solnit (2017), as violações corporais e sexuais sofridas pelas mulheres, historicamente, estavam no campo do indizível. O silêncio e a quietude eram geralmente as escolhas feitas por grande parte das mulheres, que em certa medida tomavam como um modo de se proteger de mais violações recebidas (SOLNIT, 2017). Porque muitas vezes se atribui a culpa às mulheres, utilizando-se argumentos de que se tratava de uma mulher exposta, vadia, que estava pedindo, por estar na rua, ou ainda julgada, “olha o que vestia, que roupa usava”, questionando sobre o lugar público que frequentava. E essas posições contribuem para o silêncio.

Ao reagir, muitas vezes a vítima acaba sofrendo violências na mesma proporção, um ataque à moral das vítimas, que, de certa forma, subjugadas a uma cultura patriarcal e machista imperante, que dificultava o reconhecimento das importunações dos abusos e dos assédios, caracteriza mais uma violência (SOLNIT, 2017). Para Solnit (2017), a vivência silenciosa atua infligindo um sofrimento, numa zona de silêncio, que tem a ver geralmente com a não acolhida coletiva (pública) ao testemunho e tratamento das violações.

239

Assim, a partir desses pressupostos, é possível constatar que, apesar da identificação de continuidades em relação ao silêncio, a história das políticas feministas no século XXI (HOLANDA, 2018) tem revelado novas formas de ativismos⁵, no que tange às relações das violências corporais, sexuais e de gênero. De modo que as violências de gênero têm produzido um caráter agregador, e assim as mulheres têm juntado forças, sobretudo, nessas primeiras décadas do século XXI, garantindo voz para denunciar as importunações corporais e sexuais, os abusos, assédios. Assim, tem emergido campanhas, micropolíticas, enfim, diferentes lutas insurgentes de contestação, de resistência, justamente exigindo respeito aos corpos. Destacando que importunações corporais e sexuais, abusos e assédios são uma violação à privacidade e ao direito de decidir a respeito do próprio corpo.

A partir de agosto de 2018, essas condutas com teor sexual, como destacamos no início do texto, e outros atos, como encostar, tocar, dar beliscões, fazer apalpamentos, passam a ser entendidos e reconhecidos como importunação sexual, tipificada como crime no Brasil. A lei n. 13.718, de 24 de

⁵ Holanda (2018) destaca como principais características do que nomeia de “quarta onda do feminismo”, marcada desde 2010: a horizontalidade de instituições e organizações, quando existem menos hierarquias dentro do movimento e, assim, uma maior autonomia e pulverização das ativistas; destitucionalizações, com uma menor presença do feminismo em instituições estatais, ONGs ou entidades de movimento social e maior difusão na sociedade civil, fortemente influenciada pela internet; o caráter interseccional e a discussão sobre a interseção entre a sexualidade, raça, classe, geração, religião, capacitismo e fobias; o caráter transnacional, entendido como um fenômeno global.

setembro de 2018,⁶ classifica como libidinoso o ato de praticar contra outra pessoa, sem autorização, a satisfação do desejo próprio ou de terceiros (BRASIL, 2018). A importunação sexual é uma conduta realizada para atingir satisfação corporal e sexual, sem anuência, feita contra alguém, caracterizando uma violência, ou melhor, um crime.

Queremos assim pensar que no Brasil está ocorrendo uma transição progressiva de uma situação subordinada (do silêncio) das mulheres para outra, em que aparece uma reivindicação de direito, de igualdade, mas também de algo mais: de exigência de respeito e dignidade aos corpos. Para Holanda (2018), as mulheres em geral e os feminismos em particular têm produzido algumas forças que têm resistido às ameaças à democracia, em particular o advento do ciberfeminismos⁷ (HARAWAY, 2004), do digifeminismos (ABREU, 2014) e do tecnofeminismos (WAJCMAN, 2006), os quais são “[...] ações mediadas pelas tecnologias para tentar subverter e confrontar as questões derivadas do patriarcado” (ABREU, 2014, p. 43) e para modificar a posição político-social das mulheres.

Dessa forma, as questões que estavam relegadas ao âmbito privado – e, assim, silenciadas – são pouco a pouco expostas e deslocadas cada vez mais para a esfera pública conectada (HOLANDA, 2018). Destacamos que, no Brasil, no caldo cultural da defesa dos direitos e da denúncia das desigualdades de gênero, é possível observar uma emergência de discussão sobre as violências corporais e sexuais, tanto a nível das macropolíticas⁸ como a partir das micropolíticas.

240

As macropolíticas são coordenadas geralmente por instituições, órgãos públicos, políticas de Estado; as micropolíticas são gestadas por “sujeitos comuns” – são ações demandadas pela cotidianidade de contingência da vida social, práticas hodiernas desenvolvidas. Contudo, as micropolíticas emergem no micro das nossas existências, objetivam ações das experiências humanas,

⁶ O Decreto-Lei n. 13.718, de setembro de 2018, altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

⁷ Tanto no contexto brasileiro quanto no mundial, os feminismos vêm se alterando em enfrentamentos, demandas e ações, numa dinâmica múltipla (PINTO, 2002), permanecendo ativos de diferentes formas no meio social e político. Utilizamos o termo “ciberfeminismos” no plural para destacarmos a pluralidade e a não homogeneidade de pautas feministas. Admitir a complexidade acarreta analisar como multifacetado nas suas interseccionalidades (PINTO, 2002), como um movimento que vai se renovando, expandindo-se e mudando, conforme também mudam os tempos e os olhares.

⁸ Existem muitas outras campanhas de proteção no Brasil, desenvolvidas pelo Ministério Público, da Saúde, da Segurança Pública, das Delegacias das Mulheres, como Defensorias Públicas, Defensoria da Mulher e Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Estas vão desde cartilhas e cartazes até aplicativos (por exemplo, Waze do abuso, Sai pra lá) e dispositivos, como disque denúncias. Há, também, muitas outras iniciativas, como o evento Fashion Week, em São Paulo, em 2018, que colocou frases curtas em alguns corpos de manequins, como: “Decote não é convite”, “Minha saia não é permissão”, “Sempre é bom lembrar que o estupro veio antes da minissaia”. Destacamos ainda, outras ações, como as da ONU Mulheres, das diferentes ONGs e as muitas *hashtags* – #MeuPrimerioAssédio, #CarnavalElesPorElas –, que se somam à #NãoÉNão.

que se encontram nas formas criativas em que os sujeitos forjam a si para reagir, na retórica butleriana (BUTLER, 2015), às vidas (existências) menos vulneráveis à violência.

As estratégias micropolíticas podem, portanto, ser pensadas como políticas de coalizão, ou seja, como “unidades provisórias” que se estabelecem no “contexto de ações concretas e que não pressupõem unidade ou posições fixas (BUTLER, 2003, p. 121), mas, sim, a soma de forças para dar visibilidade a pautas de interesse comum. Há um conjunto de micropolíticas organizadas, no tocante às violações e importunações corporais e sexuais, como o movimento #MeToo⁹, de repercussão mundial, e os movimentos de repercussão nacional, como #MeuPrimeiroAssédio¹⁰, #MeuAmigoSecreto, #chegadefiuuiu, #mexeucomumamexeucomtodas, #NaoSeCale, #Denuncie, #Ajam, #JuntasContraViolencia, #VamosAgir, #VaiPassar, #EpidemiaViolenciaContraMulher, #TocomElas, #PorTodasElas, #meumotoristaabusador, #meumotoristaasseadiador,¹¹ entre outras.

Hoje, há um conjunto diverso de campanhas/movimentos de reivindicação, em que as mulheres usam os próprios corpos para dar visibilidade a diversas pautas, como as das questões de violências, entre elas as raciais e as de gordofobia¹². Entendemos as campanhas como uma criação ética-estética compromissada com causas políticas, especificamente sobre os direitos das mulheres sobre seus corpos. Deste modo, do conjunto dessas campanhas escolhemos a campanha “Não É Não”. Neste artigo, argumentamos que a campanha “Não É Não” atua como micropolítica de gênero porque emerge de uma cultura organizacional a nível micro, a partir de um grupo de mulheres brasileiras que vão às ruas e às redes sociais digitais, para lutar por uma conquista mais ampla de suas cidadanias, chamando a atenção ao caráter político das subjugações corporais sofridas na esfera pública.

241

Nesse sentido, recorreremos ao conceito de micropolíticas para pensar a campanha “Não É Não”, em que sujeitos e/ou grupos sociais, como um grupo de mulheres brasileiras, historicamente subordinados, resistem. A dimensão micropolítica constitui-se no modo como sujeitos tencionam conexões de expansão da vida nas suas diferentes ações. Na sequência, apresentamos as ferramentas do percurso metodológico e alguns princípios históricos da emergência da campanha “Não É Não”.

⁹MeToo é uma campanha que emergiu em 2006 e se fortaleceu em 2017 a partir de atrizes de Hollywood contra a cultura de assédio sexual no cenário do cinema mundial, repercutindo em diferentes lugares (REGULSKA, 2018).

¹⁰ O projeto feminista Think Olga on-line, criado em 2013, cunhou a campanha #MeuPrimeiroAssédio como uma mobilização digital em resposta ao assédio sofrido no Facebook e no Twitter, em outubro de 2015, por uma menina de 12 anos, Valentina, que participava do programa de televisão de culinária MasterChef Júnior. A campanha #MeuPrimeiroAssédio promove o debate sobre a desnaturalização de violência corporal e sexual a partir das posições sociais desencadeadas pela cultura patriarcal nas interações sociais. A partir do advento da internet, milhares de pessoas passaram a se comunicar virtualmente por meio de redes sociais, que oportunizaram uma série de novas maneiras de interagir.

¹¹ As campanhas que seguem foram criadas a partir de 2015 e são as dez hashtags mais marcantes de 2015, que começaram na internet (Disponível em: <<http://www.vix.com/pt/bbr/tecnologia/2928/as-10-hashtags-mais-marcantes-de-2015>>).

¹² Gordofobia é uma discriminação conhecida como um preconceito que leva à exclusão social e nega acessibilidade a pessoas gordas, reforçando o preconceito/estigma, corroborando os estereótipos que estabelecem situações degradantes e constrangedoras, marginalizando essas pessoas e as excluindo socialmente, como descreve Nechar (2018).

3 Procedimentos metodológicos

A campanha "Não É Não" emerge no Brasil em 2017, organizada inicialmente por um grupo de três amigas, após uma ter sofrido abuso em uma roda de samba, antes do carnaval, no Rio de Janeiro. Logo engajaram-se 40 mulheres brasileiras, motivadas contra as causas de violências, assédios e abusos corporais. Um grupo de mulheres brasileiras "comuns" (que não são artistas, nem celebridades), de diferentes cores, idades, escolaridades, distribuiu tatuagens, além de fazer palestras e rodas de conversa sobre assuntos que atravessam o tema assédio, como violência contra a mulher e diferenças entre assédio e paquera para conscientização.

Esse grupo criou a inscrição das tatuagens "Não É Não" como mote central da campanha. Num curto espaço de tempo, a partir de um financiamento coletivo entre elas, num primeiro momento distribuíram cerca de quatro mil tatuagens pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Já no ano de 2018, a campanha "Não É Não" assumiu um caráter nacional, fez parcerias com blocos de carnaval e promoveu diferentes ações a partir de páginas nas redes sociais digitais,¹³ com vídeos, cartazes, cartilhas e memes de conscientização.

Com financiamento coletivo, a campanha fez uso do site Benfeitoria¹⁴ para arrecadar fundos para produção das tatuagens. Em cada estado, grupos de mulheres nomeadas de curadoras organizaram a campanha. Tal organização permitiu o sucesso no alcance na produção de tatuagens e distribuição a um maior número de mulheres a cada edição de carnaval, como podemos observar na Figura 1.

242

Figura 1 – Linha do Tempo da Campanha Não é Não no site Benfeitoria



Fonte: BENFEITORIA (2020).

¹³ A ONU Mulheres Brasil desencadeou campanhas que partem de mobilizações globais (que ocorrem no mundo inteiro) em 2019, enfatizando um Brasil com mais respeito às mulheres. Destacamos aqui a #16Dias – Abordagem de forma desrespeitosa e ofensiva não é elogio, é assédio. E como a luta pela não violência das mulheres e meninas é uma luta de todas e todas, associou-se com outra *hashtag*, a #NossaVozSeráMaior.

¹⁴ Disponível em: <<https://benfeitoria.com/canal/naoenao>>.

Então, a insurreição das vozes desse grupo de mulheres brasileiras que, ao longo da história, foram silenciadas sobre as questões das importunações corporais, agora criam novas possibilidades de intervenção, por meio de uma micropolítica de resistência, como a campanha "Não É Não", que forja, questiona, estranha e revida a condição de menor/subalterna. O movimento foi aumentando de acordo com a espalhabilidade da campanha por outros Estados brasileiros,¹⁵ quando o número de tatuagens distribuídas chegou a quase 200 mil, em 2020. Isso nos ajuda a destacar a campanha "Não É Não" como micropolítica do enfrentamento pelo viés das discussões de gênero, permitindo-nos abrir uma nova perspectiva de pensamento e atuação política, essa "[...] linha molecular mais maleável [...] inquietante, interior e corporal" (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 92), pondo em jogo, em uma outra escala e sob outras formas, as ações políticas dos corpos (DELEUZE; GUATTARI, 2012). Assim, propomos um percurso metodológico inspirado na perspectiva foucaultiana, a partir de alguns enunciados e imagens da Campanha "Não É Não". Escolhemos a campanha "Não É Não", a qual, em fevereiro de 2017, teve uma grande repercussão nas redes sociais, como informava a reportagem da Revista Fórum denominada as 10 hashtags mais marcantes¹⁶. Neste artigo buscamos mapear, para fins de análise, alguns dos enunciados que tomamos como um discurso social (FOUCAULT, 2012) e um evento comunicacional, ou seja, adotamos um olhar compreensivo a uma visão multimodal das publicizações. Tendo em vista a diversidade de elementos linguísticos e não linguísticos que compõem as postagens da campanha, recorreremos aos conceitos de discurso de Foucault (2012) para explicar essa composição multimodal. Esclarecemos, ainda, que ocorrências selecionadas para análise são multimodais, compostas por figuras, desenhos, ícones, imagens com ou sem escrita.

243

Foucault (2012, p. 19) afirma que os discursos são unidades complexas de significação, e, ainda, que o discurso é uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento enunciativo. Tomando o conceito de discurso como algo composto por enunciados, o nosso trabalho de descrição considera dois níveis de elaboração: um primeiro observacional e um segundo descritivo-explicativo. Para apreender tais razões enunciativas utilizamos uma metodologia de análise ancorada na noção de articulação, pois acreditamos que os elementos que participam do processo enunciativo estão, de alguma forma, articulados, relacionados. Retomando Foucault, ratificamos que a enunciação é o acontecimento da produção do sentido, resultando em um enunciado que adquire pertinência social. Desse modo, cada postagem coletada é tratada como um acontecimento enunciativo.

O *corpus* foi retirado do perfil no Instagram da campanha "Não É Não", e de reportagens em *sites* sobre a campanha, no período compreendido entre os anos de 2017 e 2020. Convém registrar que os arquivos dos enunciados e das imagens se encontram disponíveis na Web (NÃO É NÃO, 2017; CARVALHO, 2018). Importamo-nos não com a quantidade do material mapeado/coletado, mas

¹⁵ São 15 Estados brasileiros representados por embaixadoras e envolvidas na campanha de conscientização contra o assédio sexual. A campanha também passou a ser encampada por outras organizações, como universidades e associações comerciais que promovem festas (BENFEITORIA, 2020).

¹⁶ Disponível em: <<http://www.vix.com/pt/bbr/tecnologia/2928/as-10-hashtags-mais-marcantes-de-2017>>.

com o modo como, do ponto de vista da descrição/compreensão, o *corpus* mostra-se produtivo para dar luz ao recorte analítico deste artigo.

Assim, selecionamos alguns significados discursivos, amparadas em Pinto (2003), que sugere olhar três funções básicas discursivas, chamadas de “modos de dizer”, que são: mostraçã (construção do universo do discurso), interação (estabelecimento de vínculos socioculturais) e sedução (distribuição discursiva)¹⁷. Pinto (2002) propõe que os/as pesquisadores/as explorem o caráter multifuncional dos materiais, apresentando-os como dimensão discursiva textual e imagética, com uma contribuição que retoma, incorpora, questiona. As imagens nunca aparecem isoladas, elas estão quase sempre marcadas por elementos discursivos verbais enunciativos; vemos a relação entre essas materialidades (verbal e imagética) como “operadora das estruturas observáveis, [que] abrem os domínios e novos conceitos a serem construídos” (FOUCAULT, 2012, p. 18).

Para Schwengber (2012), a imagem se apresenta como uma força motriz em grande parte dos discursos, que são transmitidos e conseguem comunicar significações que muitas vezes dificilmente poderiam ser expressas por palavras, além de significações pessoais que a linguagem escrita talvez não seria capaz de decodificar. Assim, podemos dizer que as imagens funcionam como um recurso que tem contribuído na formação educativa. As imagens escolhidas para análise neste artigo são como um elemento de informação compreendido como narrativa, colaborativa, explicativa, dentre outras acepções como testemunho e memória.

244

As imagens foram selecionadas dentro do escopo escolhido e relacionadas a destacar os corpos (tratamento temático deste artigo). Dada a complexidade das relações entre discurso, enunciados e imagens na campanha, analisamos de modo a dirigir o olhar à unidade e compreender a organização como um todo, o que consiste em uma análise exploratória e descritiva. As descrições foram construídas a partir de uma observação sistemática e qualitativa dos materiais. Para analisarmos a pertinência de ordenamento, que trata da categorização dos dizeres da campanha, consideramos duas unidades de análise: a imagem e os enunciados da legenda. As pertinências enunciativas variam em cada postagem, tanto no que diz respeito ao ordenamento (título, aforismo e agrupamento) quanto ao agenciamento enunciativo (locutores, enunciadore coletivos, genéricos). O agenciamento enunciativo é realizado por um em forma de diálogo, logo sempre se dirigindo a um outro, e não há marcas de primeira pessoa.

Do material mapeado da campanha “Não É Não”, dividiu-se em três categorias analíticas: na primeira, tratamos da espalhabilidade da campanha nas cidades brasileiras (entre redes e ruas); na segunda, as contracondutas das mulheres na direção do “cuidado de si”; e na terceira, o lugar dos corpos das mulheres como espaço político de reivindicação. Recorremos a Foucault (2002) a fim de pensar

¹⁷ Nesse cenário estão as estratégias de convocação para o protesto nas manifestações, também com a função de agrupar postagens sobre um fato histórico. Essas necessidades de convocar, protestar e agrupar consistem nas demandas presentes que deram origem às postagens aqui analisadas. Isso porque a demanda presente diz respeito a uma necessidade social que leva a pôr o discurso em funcionamento. A análise versa sobre a composição morfológica focando na memória discursiva que perpassa as unidades.

uma educação que promova o cuidado de si a partir de uma política coletiva. A campanha “Não é Não” incita as mulheres a pensar e a problematizar, rompendo silenciamentos e atenuando possíveis violências corporais contra si e/ou contra o outro. Foucault (2002) elucida precisamente a recomendação do cuidado de si, que exprime se ocupar consigo mesmo, ou seja, não se esquecer de si mesmo e ter cuidado com o outro. Nessa perspectiva, o cuidado de si encontra-se no domínio ser-consigo; “aparece, de e [...] no quadro geral da *epiméleiaheautoû* (cuidado de si mesmo), como uma das formas, umas das consequências, uma espécie de aplicação concreta, precisa e particular, da regra geral: é preciso que te ocupes contigo mesmo, que não te esqueças de ti mesmo, que tenhas cuidados contigo mesmo, como modo de cuidar do outro” (FOUCAULT, 2014, p. 6).

A quarta seção, a seguir, centra-se em apresentar o movimento investigativo de análise.

4 Os corpos operam inscrições e dizeres de ordem: “Não É Não”!

Iniciamos essa seção de análise a partir das palavras de Machado (2012, p. 19), compreendendo os discursos como “linguagem no mundo”, “palavras em movimento”, como objetos a serem explorados e, a partir deles, construímos os caminhos, tendo por norte o diálogo entre a empiria e a teoria. Assim, chegamos na campanha “Não É Não”, fazendo alternâncias entre a descrição e a compreensão. É com esse espírito que iniciamos a análise discursiva da campanha, tomando-a como proposta de mobilização, de ação, de reação, de embates, de debates, de posições de resistências desencadeadas atentas para sentir para outra forma de ser num movimento que abre a possibilidade de se moverem da vigilância patriarcal, corpo relegado à posição submissa e hierarquicamente inferior. Como se destaca claramente no princípio da campanha:

[...] Não aceitamos nenhuma forma de importunações corporais e assédio: seja visual, verbal ou físico. Isso é constrangimento. É violência! Defendemos nosso direito de ir e vir, de nos divertir, de trabalhar, de gozar, de se relacionar, de se divertir. Que todas as mulheres possam ser tudo aquilo que quiserem ser (HYPENESS, 2018, p. 2).

Apresentamos uma das imagens de modo a destacar o funcionamento da campanha “Não É Não”.

Figura 2 – Exemplo de Tatuagem da Campanha “Não É Não”



Fonte: Não É Não (2017).

246

Como se vê, a campanha “opera” a partir da escrita na pele/corpo, realçada por letras maiúsculas (como se estivesse falando alto/sério), chamando a atenção para a máxima “NÃO É NÃO!”. Expressão acompanhada de um ponto de exclamação que, segundo Diana (2019), é “um sinal de pontuação [...] empregado no final de frases exclamativas que expressam emoção, surpresa, admiração, indignação, raiva, espanto, susto, exaltação, entusiasmo, dentre outros”. Essa é uma campanha que inova, em consonância com Foucault (2006, p. 18), que nos ensina que para “[...] resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente”.

Observando a Figura 2, destacamos que há algo nessa campanha que insiste para que o Outro olhe e lembre o tempo inteiro, através da escrita exposta na pele. Uma inscrição da ordem da lembrança do incômodo, uma denúncia de violências vividas nos e pelos corpos. A campanha parece afirmar uma posição que a questão não é apenas sobre a relação com o corpo e/ou qualquer corpo, mas sim com o próprio corpo. Opera com a escrita como um “espaço” para fazer pensar as relações históricas de importunações e encontrar a força transformadora no próprio corpo das mulheres.

Compreendemos assim essa campanha como uma ação política¹⁸ não acidental, tal como nos ensina Arendt (2009). A campanha responde politicamente em protesto de resistências, de algum modo, as muitas “cantadas” que diferentes gerações de mulheres ouviram, guardaram, silenciaram, o que sinaliza para novos sentidos do que se considera violência, o que sugere um outro estatuto da posição de sujeito de direito e de respeito aos corpos.

¹⁸ Entendemos o termo no sentido de Arendt (2009), que define política como liberdade e como participação ativa na garantia da convivência por meio das diferenças.

Localizamos uma justificativa de uma das criadoras da campanha que diz: “[...] tatuamos (adesivamos) na pele/corpo o que já deveria estar na cabeça de todos os brasileiros” (CARVALHO, 2018). Carvalho (2018) destaca que as mulheres participantes da campanha optaram por essa estratégia porque a escrita no corpo cria uma identidade visual que ajuda a massificar a ideia. A tatuagem é diferente de um panfleto, que você pega, lê ou não e joga fora. E como é o corpo da mulher o alvo central das violências, nada mais simbólico do que estampar no próprio corpo os limites que não podem ser ultrapassados.

Dessa forma, podemos observar que esse grupo de mulheres optou por dar voz ao próprio corpo como a base central de divulgação da campanha (CARVALHO, 2018), como na Figura 3.

Figura 3 – Foto de Grupo de mulheres com a tatuagem “Não É Não” em uma publicidade para a campanha



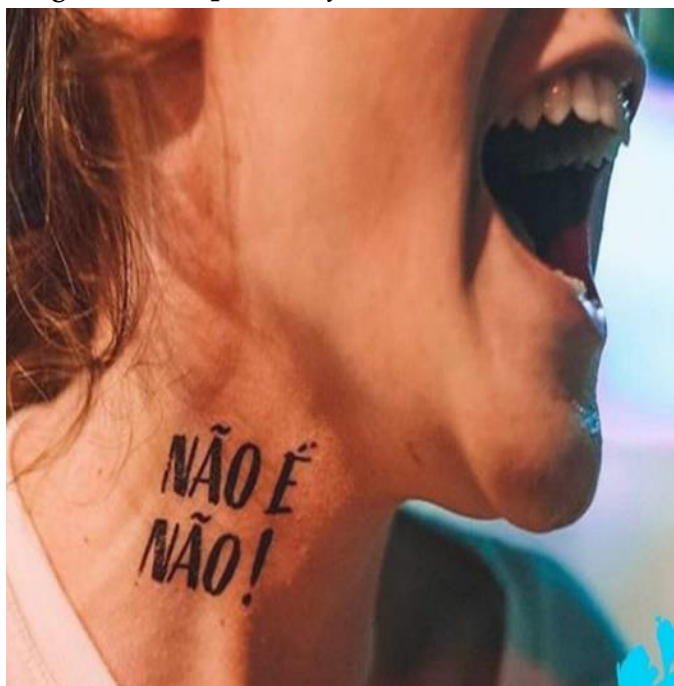
Fonte: BENFEITORIA (2020).

Observamos que a campanha “Não É Não” opera com a responsividade de um corpo individual e coletivo, situando-a na órbita de uma agência política, seu “[...] discurso carrega o traço mnêmico do corpo na força que exercita.” (BUTLER, 2019, p. 159). Os corpos dessas mulheres são assimilados não mais a uma zona passiva, que se submetem, mas como um corpo que cria, produz resistências coletivas. A escrita amparada por uma economia política em que a linguagem se relaciona com os próprios corpos. “As mulheres bradam que seu corpo lhes pertence, um corpo político” (COLLING; ACOM, 2019, p. 132). Assim, podemos pensar o corpo em novos modos de reivindicar, despertando outros modos de existência, corpos sendo usados como forma de protesto às agressões.

A história, como destacam Colling e Acom (2019, p. 140), revela que o corpo da mulher “[...] durante séculos não pertencia à mulher que habita sua própria pele”. Este preceito parece estar na origem das importunações e violências sofridas ao longo dos anos, trazendo uma herança nefasta que ainda precisa resistir, tirar da sombra, trazer para a discussão. E assim a campanha “Não É Não” segue o espírito do tempo de hoje, em que os corpos fazem protestos como signo máximo de luta contínua por afirmação de liberdade, de respeito de si, da reivindicação de dignidade do corpo como seu. Entre o corpo e a linguagem há as reivindicações de um direito. A expressão “Não É Não” conjuga a temporalidade de uma repetição e produz a abertura de um passado a um presente e um futuro de atualizações. Butler (2019, p. 165) ensina-nos que é necessário que “[...] as reivindicações sejam articuladas num plano inteligível, discursivo [...] para transformá-las”.

Desse modo, entendemos que a campanha “Não É Não” assim sucede, a partir de um duplo movimento de linguagem, dado que, de um lado, implica em um posicionamento de resistência e de embates dos próprios corpos das mulheres, e de outro, se mostra numa criatividade. Inova pela escritura no corpo, pela busca de uma voz que dê corpo à reivindicação. O corpo a corpo como uma forma que subverte a mulher e que a transforma, trazendo em si uma assinatura, saindo do silêncio, é no corpo que se marca a fala de uma outra condição, aquilo que se estende e convida o Outro a refletir, a ouvir, como a Figura 4 parece sugerir.

Figura 4 – Representação da Saída do Silêncio



Fonte: SUASSUNA (2020).

Como se vê na Figura 4, é do próprio corpo que as linguagens fluem para fazer sentidos. Escrita, corpo e voz são linguagens que se revelam nesse processo da campanha, pois não há estaticidade nos corpos e por consequência nas reivindicações. A linguagem, ou ainda as linguagens, são manifestações do poder, como nos ensina Foucault (2012). Ao operar tal visão à utilização da linguagem, Butler (2003) e, mais especificamente, a performance na linguagem, é também um momento de ação difusa do poder, dos sujeitos que performam determinado ato de fala. Desta forma, para Butler, o poder não deve ser encarado como irradiando de um ponto único, seja este ponto o Estado, mas atuando em diversas instâncias, tanto no aparelho do Estado quanto na sociedade civil com os próprios sujeitos (no caso aqui as mulheres), as quais manifestam e se sobrepõem às reivindicações de atos de fala. Pensar a linguagem como uma forma de ação.

Solnit (2017) defende que o falar é um ato importante, inovador e revolucionário, uma vez que o uso do corpo como suporte de expressão demonstra, nessa segunda década do século XXI, que algumas mulheres estão se libertando das amarras linguísticas e culturais impostas, e se manifestando. Ou ainda, como Connell e Pearse (2015, p. 110), nomeiam que os escritos nos corpos contemporâneos como uma espécie de “[...] prática corporal reflexiva [...]”, como condutas sociais, em que os corpos são simultaneamente agentes e objetos; é nesse ínterim que a campanha “Não É Não” parece operar, sendo o corpo (os corpos) um dispositivo concreto de reivindicação, além de um meio para o discurso e a reivindicação. Ainda, entendemos que os corpos na campanha “Não É Não” produzem uma tensão entre a histórica despossessão dos corpos e a “posse” das mulheres, entre o impróprio e o próprio, entre um corpo com “nome interrompido” e o “meu corpo” que luta. Os corpos, na lógica da campanha, parecem que reconstróem a reivindicação dos corpos que falam, ou ainda, dessas mulheres que falam.

249

Assim, na campanha “Não É Não” é o próprio corpo que marca as fronteiras de disputas, como uma subversão. Nesse sentido, Butler (2003, p. 190) destaca que “[...] o ‘abjeto’ designa aquilo que foi expelido, [...] tornado ‘Outro’”¹⁹. Talvez seja a emergência de uma outra posição: um “eu” que existe e quer respeito, estabelecendo as fronteiras e os limites a partir dos corpos, uma vez que estes significam os primeiros contornos de existência de um sujeito. Trata-se de um ato em que essas mulheres colocam à prova o juízo (histórico) moralista de seus corpos, afirmando um outro corpo que se quer político e reconhecido na sua posição de respeito.

Mulheres que, “[...] fartas desse desrespeito [...]” (NÃO É NÃO, 2017), resistem em defesa dos direitos individuais de seus corpos. Isso nos conduz a pensar a campanha como micropolítica de experimentação a partir de outra como possibilidade de construir políticas e práticas de enfrentamento e de resistência contra o assédio, o preconceito e a discriminação. É possível perceber que a campanha “Não É Não” produz processos de cruzamentos, por meio das visibilidades e das dizibilidades, a partir de uma ação plural performativa, conforme a Figura 5, na sequência.

¹⁹ Destaca daí o interesse da Butler (2003) pelos corpos que escapam à matriz heterossexual, que ficam fora do entendimento de humano e constituem o domínio do “abjeto”. Nesse sentido, o corpo abjeto é uma sujeição social, que diz respeito àquelas vidas que não são consideradas vidas e cuja materialidade é tida como sem importância.

Figura 5 – Gesto de uma Mulher Dando um Basta no Assédio



Fonte: Carvalho (2019).

250

Na campanha “Não É Não” é possível pensar que o novo da política se faz visível. Um fazer político é colocado em funcionamento, de modo festivo (geralmente em acontecimento festivo), questionador, visível nos corpos. Hannah Arendt (2009) chama de um “novo nascimento político” desses sujeitos, uma vez que agora passam a mobilizar seus esforços e construir táticas de enfrentamento voltadas para um plano micropolítico individual e coletivo, de lutas por garantias e ampliação de direitos e de expressão de liberdade. Mais que uma frase ou um grito de guerra, é um escudo que devolve a ela o direito e o poder de fazer com o próprio corpo o que bem entender.

A campanha “Não É Não”, em certos termos, pode ser pensada como micropolíticas de gênero ao transformar-se “[...] em experimentação corpórea.” (PRECIADO, 2018, p. 367). O corpo não é apenas objeto, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades. Agamben (2010) ajuda a pensar o quanto “a vida nua” se desdobra numa vida política. É a constante busca pela politização da vida, ou, ainda, como virtualidade, imanência, potência, resistência, o direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la. Em uníssono com Foucault (2014), Agamben (2010, p. 238) afirma que “não somos só animais em cuja política está posta em questão a nossa vida de seres vivos, senão também, ao inverso, cidadãos em cujo corpo natural está posta em questão nossa própria vida política”.

Além disso, significa compreender os corpos como políticos, (...) “representar, dramatizar, produzir, parece ser algumas das estruturas elementares da corporalização [...]” (BUTLER, 2004, p. 73). Os corpos não são apenas matéria, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades.

O corpo é retomado entre os princípios estruturantes da inscrição, que encontra na tatuagem temporária uma forma de resistência e militância, sem deixar de entrar no clima lúdico e divertido das festas de carnaval, tradicionais no Brasil. As mulheres utilizam os próprios corpos como suporte, constituindo um “corpo político”, um corpo agente na esfera pública e política. A campanha “Não é Não” é um movimento que merece atenção no que se refere às campanhas sociais contemporâneas, ao reivindicar o direito da mulher sobre seu corpo, sua liberdade e sua segurança, buscando, ainda, dramatizar a violência exercida sobre a corporalização das mulheres; violência física, violência simbólica, que buscam a manutenção de determinada ordem social e patriarcal, colocando as mulheres em um patamar de inferioridade na hierarquia social.

Na esteira da campanha, postulamos que o “corpo político” retoma a noção cênica como elemento central da performance. Nas relações de poder, “aparecer e se manifestar” são ações que se apresentam corporificadas, ou seja, como uma forma de performatividade, pois no ato de ver e falar, como explica Butler (2004), estão implicadas condições corpóreas de vida. Vale dizer que a performance nessa campanha aparece como uma forma de contestação, ao mesmo tempo em que destaca a condição precária dos corpos no limiar da performatividade como uma condição estimulante. O que possibilita o corpo sair do eixo abjeto, ou seja, do descartável, para o eixo político da ação, da aparição. Além disso, é possível levantar que, pela noção de exposição, “[...] existe uma força indexal do corpo que chega com outros corpos a uma zona visível.” (BUTLER, 2004, p. 158). Faz-se necessário tecer resistências pelo direito de aparecer e de ser reconhecido, uma vez que o corpo, em condição precária, encontra redes de apoio, de sustentação, em que a posição de abjeto se torna política na constituição de uma micropolítica de gênero endossada na campanha e na educação. Adentra-se, assim, em uma política de coligações, com os corpos aliados e a produção da subjetividade dissidente, não mais passiva, evidenciada pelo encontro dos corpos irreconhecíveis da sua condição de abjeto para o encontro dos corpos reconhecíveis na condição política da reivindicação.

251

Podemos pensar que essa campanha se associa ao *slogan* “o pessoal é político” da década de 1960, na segunda onda do feminismo²⁰, e passa a abarcar a posição “o político é pessoal” no século XXI, configurando-se, como nomeado por Holanda (2018), como quarta onda do feminismo, em que “[...] o político é pessoal e o pessoal é político [...]”. Segundo Holanda (2018), mudanças no panorama político, social e cultural provocam uma associação do *slogan* anterior, ao trazer demandas para o espaço público a partir da experiência corporal, com a qual muitas mulheres (no caso) se identificam e se sentem afetadas. Começam a impor suas reivindicações como eixo político por excelência, nas formas emergentes como práticas micropolíticas, pela crescente politização dos corpos.

²⁰Foi em fins dos anos 1960, a partir da experiência dos grupos de conscientização feministas criados como parte do Women’s Liberation Movement, nos Estados Unidos, que se cunhou a expressão “o pessoal é político”. O movimento feminista da chamada “segunda onda” tornou-se, assim, um movimento que criou suas estratégias de luta – sua práxis política – a partir da troca de experiências e vivências de mulheres e suas reflexões e ações coletivas, como descreve Pinto (2003).

Na quarta onda do feminismo, o uso do corpo é de um desejo singular que reivindica o corpo como político, por meio de lutas como essa da campanha, que ajuda as mulheres, uma salvaguarda do direito de reconhecimento. A quarta onda do feminismo no Brasil tem sido caracterizada a partir de três traços principais: a mobilização construída e divulgada na internet, a interseccionalidade e a atuação por meio de coletivos. Protestos nas ruas, campanhas nas redes sociais e uma proliferação de *sites* e *blogs* feministas, tornou o feminismo mais *mainstream*, com impacto na cultura, nas relações sociais, nas instituições e na política institucional. Discute-se e se defende a importância de que todas as pessoas, e não só as mulheres, sejam feministas. As tecnologias tornaram-se uma importante ferramenta de mobilização feminista, permitindo que mulheres de todo o mundo manifestem sua indignação e se sintam respaldadas pelos relatos de outras, passando a também expor publicamente suas experiências ligadas ao machismo. Assim, as lutas e causas tornam-se públicas, têm nome, rosto e perfil nas redes sociais digitais. Não se trata mais de lutas e demandas a partir de pautas abstratas e genéricas, pois já não há mais por que ter vergonha de contar ao mundo o fato, por exemplo, de ter sido vítima de assédio ou não (HOLANDA, 2018). Intervém nas decisões políticas em que vive revelando o potencial de atuação política das mulheres brasileiras.

252

Instaura-se um deslocamento do entendimento construído historicamente da mulher, que deve ser protegida da violência – em certa medida ainda tida como naturalmente identificada como a parte frágil do binário feminino-masculino e submetida a ele – para a ideia de que a mulher tem o direito de ter seu corpo preservado e que não cabe ao sexo masculino decidir ou não sobre ele. É o corpo delas que media as relações e, no caso das mulheres, os corpos são espaços políticos, fronteiras, que delimitam as relações com outros corpos e com o Estado, a religião, a ordem patriarcal, instituindo resistências, questionamentos.

A posse dos corpos ou o domínio destes são fatores cruciais para a compreensão da existência psíquica e social das mulheres. Desse modo, “[...] os corpos não são mais vistos como um objeto a-histórico, biologicamente dado, não cultural, mas sim compreendido como político, social e não o produto de uma natureza crua, passiva[...]” (GROSZ, 2011, p. 93). Assim, percebemos que a campanha “Não É Não” produz uma cultura que recodifica e redefine o corpo das mulheres não como subordinados, passivos como objetos e propriedade do olhar masculino. Esse grupo de mulheres brasileiras tensiona as violências em relação ao gênero, ou ainda, as violências de gênero. Os corpos das mulheres são postos à prova, nas ruas da cidade e nas redes sociais digitais, causando tensões. Sob este prisma, os corpos constituem um desafio no sentido de se engajar no momento histórico em que vivemos. Momento este que apela a uma “política da vida”, como diria Foucault (2012), em que os corpos são um terreno privilegiado das disputas em torno de novas posições.

As novas posições suscitam um devir-mulher insurgente, que exige respeito ao seu corpo, tensiona vozes que historicamente permaneceram quase que fora dele. Sujeitadas inicialmente à figura do homem (por exemplo o pai, o padrasto, o cônjuge, o irmão, o padre, o professor), diversas mulheres se insurgem, ao longo da história, contra a condição precária em que se encontravam, experimentando

novas formas de pensar, sentir, perceber. O conceito de um devir-mulher insurgente chama a atenção para o deslocamento significativo das mulheres na produção cultural e linguística sobre suas próprias experiências inseridas nas relações desiguais entre os gêneros. As mulheres vêm travando inúmeras batalhas para recuperar, por exemplo, sua autonomia, o “seu corpo e sua relação com o mundo” (BUTLER, 2003. p. 12). Todo sujeito insurgente, segundo Butler (2003), é tanto um efeito de um poder anterior quanto uma condição de possibilidade de uma forma de ação política crítica, quase sempre condicionada a operar dentro das matrizes de poder que conformam o sujeito. A mulher insurgente, como uma sujeita que busca, por salvaguarda, o direito ao seu reconhecimento. Como nos ensinam Deleuze e Guattari (1996, p. 59), por meio de suas lutas algumas mulheres “[...] perfuram e escoam os centros hegemônicos e hierárquicos, de forma que [...] acionam uma política feminina molecular, que se insinua nos afrontamentos molares e passa por baixo, ou através [...]”.

5 Longe de concluir ou ainda: um convite para aderir à campanha

253

Neste artigo, fizemos a opção pelos termos violências de gênero e mulheres. Mulheres como expressão sempre que possível destacada no plural, porque entendemos que há multiplicidade de complexidade das diversas singularidades e indicadores de ser mulher, tais como: idade, geração, renda, escolarização, classe, cor e sexualidade. Entendemos que ser mulher não é um dado ontológico, uma essência, mas uma categoria conceitual incapaz de congrega toda a multiplicidade de vivências no campo das relações. Assim, pensamos o campo do gênero para além das identidades (comportamentos idealizados como ser mulher e ser homem). Entretanto, a opção pelo uso da expressão mulheres ao longo do artigo foi feita por acreditar que a condição ser mulher brasileira ainda compartilha (vive) precariedades em comum, como a da violência com nossos corpos, isto é, incitadas por inúmeras situações sociais, em função da matriz de dominação patriarcal (que parece longe do fim), como destacamos no texto.

Dessa forma, este artigo comprometeu-se em pensar, por meio da campanha “Não É Não”, a trajetória de um grupo de mulheres que reivindicam as posses de seus corpos, num mundo que ainda resiste para concretizar os direitos que “formalmente” as incluem e para denunciar que, em realidade, ainda estão desprotegidas da brutalidade (violência) machista. Assim, sobreviver mulher tem levado a atos performativos políticos, exercidos por muitas, que resistem, mesmo diante de ameaças, que tentam a todo custo realocar os corpos a uma posição de objetos.

Nesse sentido, tomamos as palavras de Colasanti (1981, p. 10) para afirmar o quanto:

Somos mutantes, mulheres em transição, diferentes. Tivemos a coragem de começar um processo de mudança. E porque ainda está em curso, estamos tendo que ter a coragem de pagar por ele. [...] Não estamos pedindo permissão para existir, estamos dizendo em alto e bom som que já estamos aqui e buscamos uma coexistência equitativa de respeito. Exigimos dignidade. Parece que não existe dignidade sem autonomia sobre os próprios corpos.

A campanha atua como uma micropolítica, uma vez que produz processos formativos de uma outra educação das relações de gênero, uma outra posição que anuncia “meu corpo não admite violências”. Uma campanha que é atravessada por reivindicações dos direitos voltados ao respeito aos corpos das mulheres, à sua livre expressão e circulação nos espaços públicos. A partir dessas ponderações, lançamos a seguinte questão: como a campanha do “Não É Não” opera? Desse modo, nosso movimento analítico trata de compreender os processos sociopolíticos que compõem e atravessam a campanha “Não É Não” como uma micropolítica, que suscita atuação política e, assim, faz ecoar os corpos e as vozes que pulsam no seio dessa organização de resistência.

Dessa maneira, olhamos/analizamos essa campanha tomando-a como modo de “indignação e de esperança” (CASTELLS, 2017), uma vez que diferentes grupos de mulheres brasileiras não aceitam mais que seus corpos sejam tratados como objetos, ou ainda, como uma coisa para ser tocada, invadida. Parece-nos que corpos e política são dimensões indissociáveis nessa campanha. Age-se a partir dos corpos, pelos quais se elaboram discursos e o introduz em posições de respeito. Parece que ainda, como mulheres brasileiras, estamos sempre em locais de luta.

Recorremos a Butler (2018, p. 218) em parte das análises, destacando a ideia de resistência, afirmando que “[...] resistir é dar lugar a um novo modo de vida, a uma vida mais vivível que se oponha à distribuição diferenciada das precariedades, então os atos de resistência são uma forma de dizer não a um modo de vida e ao mesmo tempo dizer sim a outro modo distinto”. Esse grupo de mulheres está a dizer “Não É Não”. Como quem diz: “Meu corpo não é viola, para ser tocado!” E assim, Butler (2018) nos ajuda a pensar no contexto das lutas políticas, como essa da campanha “Não É Não”, que se sobressai em torno do estatuto do indivíduo/sujeito, consistindo na oposição ao assujeitamento e às diferentes formas de submissão. Esta modalidade de luta de resistência, levantada em torno da individualização, não condiz propriamente à ordem do individualismo, mas que, expressada pelos movimentos de resistência, culmina na superação do individualismo pelas novas alianças do indivíduo/sujeito, com as novas formas de viver e os novos vínculos comunitários.

“Não É Não”! Encerramos provisoriamente reafirmando que o meu, o nosso corpo, não está nas tuas mãos! Entenda: “Não É Não”!

6 Referências

ABREU, C. de. **Géneros y sexualidades no heteronormativas en las redes sociales digitales**. 2014. 393 f. Tese (Doutorado em “Artes y Educación”) – Facultad de Bellas Artes, Universidad de Barcelona, Barcelona, España, 2014.

AGAMBEN, G. **Homo Sacer I: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ARENDT, H. **A promessa da política**. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

BENFEITORIA (2020). **Não É Não**. Disponível em: <<https://benfeitoria.com/canal/naoenao>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 13.718, de setembro de 2018. **Altera o Decreto-Lei nº 2.848**. Diário Oficial da União, Brasília, 24 set. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm>. Acesso em: 04 jun. 2021.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. Performative acts and gender constitution, an essay in Phenomenology and Feminist Theory. In: BIAL, H. (ed.). **The performance studies reader**. Londres: Routledge, 2004.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CARVALHO, B. (2019). **Não é Não!** Tatuagem temporária contra assédio tomará o carnaval do Piauí. [on-line]. Disponível em: <<https://www.colunabrunacarvalho.com.br/noticias/noticias/nao-e-nao-tatuagem-temporaria-contr-assedio-tomara-o-carnaval-do-piaui-515.html>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CARVALHO, C. (2018). **Mulheres unidas contra o assédio**: "Não É Não". **Jornal do Comercio**. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/jc-na-fofia/noticia/2018/02/06/mulheres-unidas-contr-o-assedio-nao-e-nao-326813.php>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e de esperança**: movimentos sociais na era da internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

COLASANTI, M. **Mulher daqui pra frente**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

COLLING, A. M; ACOM, A. C. Corpo feminino, corpo político: de fustigado à devorador do instituído. **Revista Práxis**, v. 2, p. 128-147, 2019.

COLLING, A. M. (2015). **Historiadora comenta a Marcha das Vadias**. Disponível em: <<https://feminismonapratica.wordpress.com/2015/09/16/historiadora-comenta-a-marcha-das-vadias/>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CONNELL R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2012.

DIANA, D. (2019). **Ponto de exclamação (!): Quando usar?** Toda Matéria. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/ponto-de-exclamacao-quando-usar/>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2002.

256

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o cuidado de si**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOMES, C. C. (2017). Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, v. 25, p. 231-255. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.12.a>> Acesso em: 20 fev. 2020.

GROSZ, E. Corpos-cidades. In: MACEDO, A. G.; RAYNER, F. **Gênero, cultura visual e performance: antologia crítica**. Porto: Húmus; Universidade do Minho, 2011.

HARAWAY, D. J. **The Haraway Reader**. New York: Routledge, 2004.

HOLANDA, H. B. de. Introdução: o grifo é meu. In: HOLANDA, H. B. de. (org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, b. **Compreendendo o patriarcado**. Louisville: Anarchist Federation, 2018.

HYPENESS. (2020). **'Não é não': campanha contra assédio no Carnaval atinge 15 Estados**.

Hypeness. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2020/01/nao-e-nao-campanha-contra-assedio-no-carnaval-atinge-15-estados/>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MACHADO, I. L. Algumas reflexões sobre elementos de base e estratégias da Análise do Discurso. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 20, n. 1, p. 187-207, 2012.

NÃO É NÃO (2017). **Todas animadas para receber as tattoos #NãoéNão!?** Instagram: Não É Não. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BbPUSUzHTfS/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

NECHAR, P. A. Diversidade de corpos: a ascensão do corpo gordo através das artes, redes sociais e o movimento Plus Size. *In*: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018. Joinville. **Anais eletrônicos** [...]. Joinville, SC: Intercom, 2018. p. 1-15. Disponível em: <<https://abre.ai/cRBB>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso**. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

257

PORTO, P. R. F. **Violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei 11.340/06 – Análise crítica e sistêmica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2007.

REGINATO, A. D. de A. **Obrigação de punir: racionalidade penal moderna e as estratégias de controle da violência doméstica contra a mulher**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2014.

REGULSKA, J. The #MeToo Movement as a Global Learning Moment. **International Higher Education**, v. 94, p. 5-6, 11 jun. 2018.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHWENGBER, M. S. V. O uso metodológico da imagem. *In*: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

SCHWENGBER, M. S. V.; DREHER, D.; PINHEIRO, N. L. G. M. Não é Não! Entre redes e ruas: Conflitualidade entre cultura da violência e corpos de mulheres. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 11, p. 130-145, 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SCOTT, J. Os usos e abusos do gênero. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

SOLNIT, R. **Os homens explicam tudo para mim**. São Paulo: Cultrix, 2017.

SUASSUNA, F. (2020). **Coletivo Não é Não lança campanha na web para o Carnaval no DF**. Metrópoles. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/comportamento/coletivo-nao-e-nao-lanca-campanha-na-web-para-o-carnaval-no-df>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UNO, K. **Hijikata Tatsumi**: pensar um corpo esgotado. Tradução: Christine Greiner e Ernesto Filho. N-1 Edições: São Paulo. 2018.

WAJCMAN, J. TechnoCapitalism Meets TechnoFeminism: women and technology in a wireless world. **Labour and Industry: a Journal of the Social and Economic Relations of Work**, v. 16, n. 3, p. 7-20, 2006.

The "No Means No" Campaign: Women's Bodies as a Political Space for Claim

ABSTRACT: This article articulates discussions about women's bodies in the context of the campaign "No Means No", which we take as an experimentation of the micropolitics of gender. Therefore, we ask the following question: how does the "No Means No" campaign operate? The corpus of analysis is composed of clippings of enunciative discourses and by images posted (2017-2020) on social networks such as Instagram. For the analysis, we propose a methodological path inspired by the Foucauldian perspective. As a result, we emphasize that the "No Means No" campaign is conducted by a group of Brazilian women (of different generations) who reject naturalized (historically) violence and submission through sociopolitical mobilizations in protest actions, in which the bodies are the cause and the support of claims, asserting another body, which wants to be political and recognized in its position of right of appearing and of being respected.

KEYWORDS: Bodies; Women; Gender-Based Violence; Micropolitic; No Means No.

La Campaña "No Es No": los cuerpos de las mujeres como espacio político de reivindicación

259

RESUMEN: Este artículo vincula discusiones sobre los cuerpos de las mujeres en el contexto de la campaña "No Es no", que tomamos como un experimento sobre micropolítica de género. Así, planteamos la siguiente cuestión: ¿cómo la campaña "No Es no" opera? El corpus de análisis consiste en recortes de refranes enunciativos e imágenes publicadas (2017-2020) en redes sociales, como Instagram. Para el análisis, proponemos un camino metodológico inspirado en la perspectiva foucaultiana. Como resultado, destacamos que la campaña "No Es No" es conducida por un grupo de mujeres brasileñas (de diferentes generaciones), que rechazan la violencia y las sumisiones naturalizadas (históricamente) a través de movilizaciones sociopolíticas en acciones de protesta, en las que los cuerpos son la causa y el soporte de las reivindicaciones, afirmando otro cuerpo, que quiere ser político y reconocido en su posición de derecho a aparecer y ser respetado.

PALABRAS CLAVE: Cuerpos; Mujeres; Violencias de género; Micropolítica; No Es No.